



CONEPE 2021

8.º CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ENSINO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE: O IMPACTO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

de 22 a 26 de novembro de 2021



ISSN 2525-975X

Capitalismo Cognitivo: novas roupas, antigas premissas

Josélia Rita da Silva^{1*}

¹ IFFluminense - UENF

*joseliaamaral@gmail.com

Resumo

O presente trabalho objetiva discutir o conceito de capitalismo cognitivo e sua relação com a educação. Para tanto, baseou-se em uma pesquisa bibliográfica buscando em autores que estudam a temática a sustentação para o estabelecimento da influência do novo modelo capitalista sobre a educação. Os resultados demonstram que, não se pode falar em capitalismo, mas em capitalismo, uma vez que seu desenvolvimento não é uniforme em todos os lugares. Ainda aponta como o imperativo tecnológico permitiu o aprimoramento das formas de exploração da *mais-valia*, do controle do trabalhador e da submissão deste ao capital. Essas configurações adentram a educação, tornando o conhecimento produzido individual e coletivamente, cada vez mais privado e a serviço do lucro. Conclui-se que a educação tem se prestado muito aos interesses do capitalismo cognitivo, visto que, fornece a principal matéria prima para gerar lucro: o conhecimento.

Palavras-chave: Capitalismo Cognitivo, Educação, Tecnologia.

1. Introdução

Como exposto por Marx ^[1], o sistema capitalista não concentra suas consequências apenas na economia, mas estabelece com toda a sociedade uma relação de domínio que impacta a cultura, a educação, a produção, a política, a vida. A sustentação do capitalismo reside no controle da massa e de suas condições e *status quo* por uma pequena parcela de dominantes, donos do dinheiro e dos meios de produzi-lo. Todavia, as formas de controle e de exploração no capitalismo não são estanques, ao contrário, sua dinâmica atualiza-se e, de acordo com a evolução tecnológica e dos mercados, vai assumindo novas configurações.

Historicamente, o controle sobre os meios de produção da riqueza era simbolizado pelos grandes sistemas fabris, com uma atuação mais nítida dos dominantes. A partir da queda do modelo fordista nos anos sessenta, o capitalismo se modernizou transformando as formas de exploração da *mais-valia*, na qual o trabalho tornou-se mais baseado no conhecimento dos indivíduos. Desse modo, compreender o capitalismo na atual sociedade tecnológica e na qual o conhecimento tem substituído, cada vez mais, a força física do trabalhador, torna-se um desafio e uma necessidade.

O presente trabalho tem como objetivo discutir o conceito de capitalismo cognitivo e sua relação com a educação. Para tanto, parte de uma concepção histórica e dialética desse sistema econômico, avaliando a relação deste com o avanço tecnológico e a sociedade baseada no conhecimento. Entende-se ser essa uma discussão salutar para profissionais e estudiosos da educação, uma vez que o capitalismo cognitivo possui amplo interesse e influência sobre as políticas e práticas educacionais.

2. Materiais e Métodos

2.1. Metodologia

O presente trabalho adotou uma abordagem analítica, realizada a partir de uma pesquisa bibliográfica acerca de seu tema proposto. Para tanto, foram utilizados autores com estudos sobre: capitalismo, capitalismo cognitivo, tecnologias da informação e comunicação e educação, buscando estabelecer conexões e divergências entre as obras que pudessem sustentar essa pesquisa.

3. Resultados e Discussão

3.1. Capitalismo cognitivo x economia baseada no conhecimento

Nessa discussão é fundamental diferenciar os conceitos de economia baseada no conhecimento e de capitalismo cognitivo: o primeiro refere-se a um pensamento que assume o determinismo tecnológico e desconsidera as relações conflituosas entre capital e trabalho, bem como entre saber e poder; por sua vez, o capitalismo cognitivo busca colocar em evidência a dimensão histórica e dialética que se produz na atualidade, mantendo as premissas básicas de exploração da *mais-valia* e de divisão de classes, mas considerando a modernização dessas relações em virtude da transformação do trabalho para algo imaterial, baseado no saber, conforme demonstra Vercellone^[2].

Para os teóricos da economia baseada no conhecimento – Arrow^[3]; Nonaka e Takeuchi^[4]; Foray^[5]; Mokyr^[6] - atualmente temos uma produção coletiva que coloca todos em condições de igualdade, onde o saber é o elemento central da produção de riqueza; contudo, essa visão desconsidera a realidade das desigualdades entre quem sabe e quem possui os meios de tornar o saber vendável, produto comercializado, valorado pelo mercado. O capitalismo cognitivo, por outro lado, reconhece esse esforço do capital em submeter e controlar o conhecimento nos planos individual (trabalhador) e coletivo (sociedade), privatizando as formas de promoção do saber em mercadorias e produtos vendáveis.

A discussão trazida por estudiosos do capitalismo cognitivo apresenta-se muito relevante para compreender as relações sociais estabelecidas em nossos dias, tendo em vista que, em decorrência do avanço tecnológico e da financeirização do capital as fronteiras da organização e da exploração do trabalho tornaram-se menos visíveis, mas igualmente promotoras da manutenção da ordem de classes e das desigualdades sociais ocasionadas pelo capitalismo.

3.2. TICs, controle do trabalhador, exploração da *mais-valia* e apropriação do conhecimento

Se no taylorismo o controle do trabalhador era baseado no tempo empregado em comparação com a quantidade produzida de maneira repetitiva – tempos e movimentos, atualmente a execução do trabalho se torna cognitiva, baseada no saber e na autonomia. O que pode soar como liberdade para o trabalhador, na verdade, tem gerado novas formas de controle: o estabelecimento de metas irrealizáveis e a pressão por resultados constantes de atividades que requerem criatividade e reflexão. Por adição, as Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) também ampliaram a jornada de trabalho, invadindo as casas dos trabalhadores e tomando seu tempo de descanso. Já não se pode mais facilmente separar o tempo oficial de trabalho do tempo efetivamente trabalhado ou dedicado à empresa. Essas exigências podem ser a causa do aumento de transtornos emocionais e psicológicos entre trabalhadores do conhecimento, conforme aponta Vercellone^[2].

Assim como existe a competição entre produtos e serviços, esta também é imposta aos profissionais que, na busca por trabalho, precisam cada vez de mais qualificações, todavia, sem o correspondente ganho de salário. Apesar da alta qualificação e formação dos trabalhadores, a precarização do emprego se materializa gerando o processo de “*desclassação*”, em outras palavras, a exigência de um nível de formação e qualificação cada vez maior pelo nível salarial anterior.

Como observou Marx ^[1], o saber vivo do trabalho é o que confere riqueza ao saber morto do capital e, sem essa dimensão humana, as TICs não poderiam funcionar, visto que o saber do trabalhador é o que sustenta e aprimora a revolução tecnológica. Desse modo, controlar o saber é controlar o poder de gerar riquezas. Uma vez que o conhecimento tornou-se o principal fator a ser ofertado pelos trabalhadores é natural que ele também passe a ser controlado pela classe dominante: controlar o saber, sua valoração, produção e transformação requer controlar o trabalhador, mantendo-o submisso e garantindo continuidade às relações de classe.

Contudo, essa apropriação do conhecimento precisa ser analisada não apenas no âmbito da troca individual entre trabalhador e empresa, mas principalmente na incorporação coletiva dos saberes dos trabalhadores ao valor de mercado da empresa. O *Goodwill*, utilizado pela contabilidade empresarial para explicar a parte não explicável de sua projeção de lucros acima do patrimônio líquido, é essencialmente constituído pelo capital humano, ou seja, o conhecimento coletivo dos trabalhadores e sua capacidade de gerar riquezas futuras pela elaboração de novas tecnologias, formas de fazer e novos produtos e serviços. Dessa maneira, a exploração do trabalhador em tempos de capitalismo cognitivo refere-se ao presente e ao futuro, uma vez que, a capacidade vindoura do empregado também passou a ser valorada e transformada em lucros pelo capital.

3.3. A privatização do conhecimento e os interesses do capital sobre a educação

Sendo o conhecimento um bem indissociável de quem o possui e que não se esgota com o uso, mas, ao contrário, é capaz de gerar novas ideias e saberes, o controle das fontes de sua geração e dos trabalhadores que o detêm torna-se imprescindível para o capital, que precisa mantê-lo nas condições de escassez e raridade para alcançar o maior preço. O paradoxo da escassez \times valor se aplica também no capitalismo cognitivo: por ser raro um saber possui maior valor e conseqüentemente gera maior riqueza privada.

Importa ressaltar a contradição existente nos esforços da classe dominante na defesa das ideias privatizantes e de redução do Estado e das instituições de *welfare state*, uma vez que, ao moldarem o Estado em sua lógica de redução de gastos e de proteção ao conhecimento ameaçam a produção coletiva de saber gerada por instituições públicas, das quais o setor privado também se beneficia. Tomemos como exemplos as instituições de educação e de pesquisa, que sob a ótica governamental produzem conhecimento público, coletivo, acessível e destinado a todos, mas que, quando privatizadas passam a se submeter às leis e regras do mercado tornando o conhecimento (tecnologia, fórmulas, inovação etc.) restrito, protegido e acessível apenas a seus detentores ou àqueles que podem pagar os altos valores exigidos.

Todavia, ainda que produzidos pelo Estado – tecnologia, inovação, conhecimento – são, em larga medida, incorporados e apropriados pelo setor empresarial, que se beneficia da evolução e dos saberes coletivos gerados pelo setor público.

Um exemplo da privatização do conhecimento que o torna exclusivo e usado apenas ao interesse do capital, pode ser ilustrado com o aumento significativo do número de registros de patentes e a exigência de confidencialidade por parte de trabalhadores e equipes. Certamente que esse processo tem conduzido a um empobrecimento da economia e da sociedade, pois inibe a produção e a circulação coletiva e acessível de inovação e tecnologia, comprometendo o desenvolvimento social.

Ao contrário do que comumente defendem os teóricos da economia baseada no conhecimento que presume um compartilhamento benéfico de saberes, o capitalismo cognitivo mostra-se uma ameaça à produção livre, independente, compartilhada e social do conhecimento (VERCELLONE). Mais ainda, constitui-se uma ameaça à educação e à pesquisa públicas e gratuitas, pois, uma vez que controlar o saber e sua produção e

compartilhamento é visto como fonte de riqueza, obviamente que as elites capitalistas tentarão, cada vez mais, intervir sobre os meios que o promovem.

4. Conclusões

Considera-se importante observar que o capitalismo não pode ser tratado como um processo que ocorre de maneira similar em todos os contextos e locais, mas, antes podemos falar em capitalismo, visto que é necessário considerar elementos históricos, geográficos, humanos, econômicos etc. que levam às configurações distintas entre os níveis de desenvolvimento dos países.

Apesar dos diferentes contextos, o que merece atenção é o fato de que o capitalismo cognitivo, acompanhando a evolução tecnológica, modificou as formas de exploração individual e coletiva do conhecimento, promovendo a precarização das condições do trabalhador e inovando nas formas de controle; ao mesmo tempo, apropriou-se de inovações coletivas, em muitos casos tornando-as exclusivas e inacessíveis. Não obstante, a base sobre a qual se assenta o capitalismo historicamente, foi mantida no capitalismo cognitivo: a exploração da *mais-valia* pelos detentores do capital e a manutenção da ordem de classes ocasionando as desigualdades sociais, econômicas e culturais já conhecidas por todos nós.

Nota-se que a educação, mesmo pública, presta uma forte contribuição às demandas e dinâmicas do capital, seja formando pessoas qualificadas, seja aprimorando pesquisas, desenvolvendo tecnologias etc. que, são assimiladas pelos interesses privados. Considerando que o capitalismo precisa produzir diferenciação entre as pessoas, a educação torna-se importante aliada nessa tarefa, uma vez que ela diferencia pessoas pelo nível de qualificação e pela qualidade da formação. Daí podemos depreender a forte influência e intervenção dos donos do dinheiro sobre as políticas públicas de educação, histórica e atualmente.

Agradecimentos

Agradeço à FAPERJ pelo apoio à pesquisa. Processo E-26/200.960/2020.

Referências

- [1] MARX, K. (1965). **II Capitale, libro I**. Roma: Rinascita.
- [2] VERCELLONE, Carlo. **Capitalismo cognitivo y economía del conocimiento: una perspectiva histórica y teórica**. In: CABALLERO, Francisco Sierra; MANIGLIO, Francesco. (Coords.). *Capitalismo Financiero y Comunicación*. Equador: CIESPAL, 2016. p. 17-51.
- [3] ARROW, K. (1962). **Economic Welfare and the Allocation of Resource for Invention**. In: R.Nelson (ed.). *The Rate and Direction of inventive Activity: Economic and Social Factors*, NBER-University Conference, Princeton University Press, pp.609-625.
- [4] NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de Conhecimento na empresa**. Tradução: Ana Beatriz Rodrigues, Priscila Martins Celeste. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- [5] FORAY, D. (2000). **L'économie de la connaissance**. Paris: La Découverte, coll. Repères.
- [6] MOKYR, J., (2002). *The gi's of Athena. Historical Origins of the Knowledge*. Princeton: Princeton University Press.